

## ATA Nº 12

Aos vinte de oito dias do mês de junho do ano de **dois mil e dezanove**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: \_\_\_\_\_

<b>I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO</b>	
<b>II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”</b>	
<b>III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA</b>	
1º -	<b>APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL</b>
2º -	<b>RELATÓRIO DE CONTAS E GESTÃO CONSOLIDADO 2018</b>
3º -	<b>2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO</b>
4º -	<b>NOMEACÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2019</b>
5º -	<b>CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ 1.000.000,00€</b>
6º -	<b>ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO – PROTEÇÃO CIVIL – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO</b>
7º	<b>TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS ÓRGÃOS DA CIM – ALTO MINHO</b>

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão, cujas faltas, efetuada através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia e foram consideradas justificadas. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Inês Rita da Silva Ferreira, Jorge Moura Rodrigues, José António Lopes Nogueira, Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes Amorim foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Fernando Vidal Lourenço, Lara Denise Rocha, Ana Cláudia Gomes Moreira, Carlos Aleixo Pereira Gomes. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Vasco Rodrigo Marques Severino, Cristóvão Amorim Pereira e Ana Raquel Soares Sanches justificadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: \_\_\_\_\_

Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves, Aurélia da Conceição Costa Correia; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Elisabete Frade Lopes Viana, Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço; Lara Denise Rocha; Vitor Manuel Costa de Oliveira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Ana Cláudia Gomes Moreira; Carlos Aleixo Pereira Gomes; Cláudia

Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; António Joaquim Dias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda.

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores**. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. \_\_\_\_\_

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 02 de maio último a 27 de junho corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 11**, surgiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para a mesma, pelo que, estando em condições, de a colocar a discussão, e não tendo existido qualquer intervenção, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata n.º 11**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **30 de abril 2019**, num universo de 24 (vinte e quatro) **votantes**. O Membro Sr. Avelino Marinho não tomou parte na votação por não ter estado presente na respetiva sessão, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34º do Dec-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, do novo Código do Procedimento Administrativo. \_\_\_\_\_

## INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Carlos Pereira, Francisco Romeu, Alberto Vilas, Óscar Silva, António Dias, Avelino Marinho Elisabete Viana e Paula Natal. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Carlos Pereira**, após as habituais saudações, solicitou informação sobre a previsão para a iniciação da empreitada da Estrada de Passos, uma vez que o seu estado de conservação tem originado críticas à atuação dos órgãos autárquicos, assim como para a previsão para a construção do pavilhão contíguo à Escola Primária de Passos. \_\_\_\_\_

Reforçou o pedido de agilização de máquina para limpeza dos caminhos florestais, principalmente na zona de Gondim e mencionou que não aceitaram a transferência de competências previstas no Dec – Lei

57/2019 porque para além de o diploma ser muito vago dá ao Município a possibilidade de não as transferir até 2021, ano de efetiva concretização, embora algumas delas estejam inseridas no contrato de execução assinado com cada uma das Freguesias. \_\_\_\_\_

Por último, referiu que a realização do evento dos “Sabores da Aldeia” no interior das Murallas reduz 50% da participação das pessoas da aldeia, pela sua localização e estacionamento. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sr. Francisco Romeu**, após as habituais saudações, voltou a alertar para a urgência da execução da empreitada da EN 101 Valença/Monção e vice versa, por falta de condições de circulação rodoviária, para a qual a população tem vindo a mostrar a sua indignação através de “hashtags”, sendo apresentada queixa na GNR pela EP e, não bastando solicitam a intervenção da Junta de freguesia na resolução do assunto. \_\_\_\_\_

Seguidamente, felicitou o Município por mais uma edição do Passeio Sénior, este ano a “Seia”, com visita ao Museu do Pão. Os participantes, nesta edição, ficaram mais satisfeitos do que em edições anteriores. A propósito de edições, referiu que estavam a decorrer as Noites do Santo, , em Ganfei, tendo aberto o convite à participação. \_\_\_\_\_

A propósito da intervenção do seu antecessor em relação à transferência de competências do Município para as Freguesias, mencionou que as competências contempladas no citado diploma já são executadas pelas freguesias, tornando-se incoerente uma pronúncia de rejeição por parte da Assembleia de Freguesia. Portanto, não levará isto à Assembleia de Freguesia. O procedimento que terá depois de decorrido o prazo para a pronúncia é de notificar o Município da decisão da sua freguesia. \_\_\_\_\_

Por último, felicitar o proprietário do Bar “Fronteira”, pelo prémio alcançado no concurso de “Melhor Sabor de Portugal 2019”. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** recordou, a propósito do destino Passeio Sénior deste ano a Seia, que há dois anos este órgão aprovou uma moção de apoio à população afetada pelos incêndios nessa região. À semelhança de anos anteriores, este ano também participou o passeio e verificou que decorridos todo este tempo ainda têm vestígios do mesmo. Razão pelo qual se congratula por o Município, este ano, ter tido uma atitude de solidariedade ao direcionar o Passeio Sénior para esta zona do território. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sr. Óscar Silva**, após as habituais saudações, referiu que o Município de Valença tem dado grande destaque à criação da Fábrica do Empreendedor, em parceria com a agência de empreendedores sociais. Pela informação tornada pública, depreende-se que muitos dos programas que estão a ser desenvolvidos ou que serão desenvolvidos e objetivos a implementar já são assegurados pelos programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional, na temática do emprego, e pelos instrumentos de estímulo ao empreendedorismo fomentados pelo Governo de Portugal, situação para a qual o Partido Socialista, ao longo dos últimos anos, tem alertado na Assembleia Municipal e nas reuniões de Câmara. A título de exemplo o PS apresentou diversas propostas para criação, designadamente de um gabinete de apoio à atividade empresarial e de uma feira de emprego e das profissões com periodicidade anual a realizar no nosso concelho. Propostas que foram chumbadas pelo Partido Social Democrata e que seriam fundamentais para fomentar o empreendedorismo, o emprego, a atividade empresarial e resposta àquilo que são as necessidades do tecido empresarial, organizações e estabelecimentos de ensino. Termos em que estando em funcionamento a mencionada Fábrica do Empreendedor na cave do edifício da CGD questionou em que moldes assentaria o seu funcionamento e que programas estão em efetivo funcionamento neste concelho. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sr. António Dias**, após as habituais saudações, questionou se vai ser lançado algum

concurso público e o tipo e procedimentos da intervenção num largo de Chamosinhos e do Cais flutuante na freguesia de São Pedro da Torre, assim como, o valor da adjudicação e o tempo estimado para a execução da obra que está a decorrer no parque junto à casa mortuária. A propósito de execução, para além de verificar falta de colaboração clara, recíproca e efetiva por parte do Município e ainda de a sua Freguesia ser a menos beneficiada pelos investimentos deste, também se depara, decorridos dois anos de mandato de executivo municipal, com a falta de colocação de candeeiros e sinalética nas passagens de nível, pelo que frisou que se a situação se mantiver tomará as necessárias providências. \_\_\_\_\_

Seguidamente, informou que a freguesia iniciou as obras no troço do saneamento no lugar de Forte, com o acordo dos proprietários para a cedência de passagem do aqueduto, algo que estava por resolver há quase 30 anos, com conclusão prevista para a próxima semana. Intervenção para a qual ainda não foi rececionada a correspondente verba por parte do Município. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, voltou a insistir na transferência, para o domínio público da freguesia, da parcela junto à área de implantação do bairro social, assim como solicitou informação sobre quantas empresas sediadas em Valença foram contactadas para fazerem o transporte do Passeio Sénior, no qual, apesar de ter funcionado muito bem, não deveria ter existido o desperdício de alimentos que existiu. \_\_\_\_\_

Por último, lamentou que, no conjunto de informação que solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para além de o terem informado que as atas das reuniões da CAAS não existiam por não se terem realizado reuniões, o que em 2 anos de mandato, não pode suceder, também não recebeu a restante informação que solicitou, tendo questionado se lha vão proporcionar ou se tem de tomar medidas para aceder à mesma, tal como já sucedeu no passado. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Avelino Marinho**, após as habituais saudações, colocou as seguintes questões sobre a freguesia de Fontoura: se há previsão para o término do Caminho do Bárrio; quando foi adquirido, pela Câmara Municipal, o prédio para parque e uma casa mortuária, com que fins e se o património passará para domínio da freguesia e, se a Estrada de Rio Torto vai ser alvo de alargamento e de novo pavimento.

- O Membro **Sra. Elisabete Viana**, após as habituais saudações, felicitou, em primeiro lugar, os docentes e alunos da EB1 de Vilar de lamas por terem participado no concurso promovido pela CIM Alto Minho denominado de “Segredos do Alto Minho”, e ainda por terem alcançaram o prémio no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) em material escolar. Em segundo lugar, felicitou a Inês Fernandes pelo seu aniversário e por ser uma atleta que muito tem honrado e levado o nome de Valença além fronteiras. \_\_\_\_

- O Membro **Sra. Paula Natal**, após as habituais saudações, valorizou as pessoas e tudo o que tem decorrido em Valença, designadamente, a Rampa do Monte do Faro que já não se fazia há cerca de 30 anos. Evento muito bem sucedido que juntou participantes de várias faixas etárias e público desde os vários cantos de Portugal e Espanha, inclusivamente um dos participantes com 72 anos fez competição, um verdadeiro espetáculo, embora não fosse um evento dessa natureza. Para além de ter felicitado a organização pela excelência do evento, também referiu que Valença foi novamente palco de um evento de destaque. Para além deste evento também está a decorrer, com muita adesão e sucesso, uma novidade em Valença, o “Family Party”, no campo de futebol do Valenciano, contudo com um senão muito grave, no seu entender, o despejo que os pais fazem dos seus descendentes nestes eventos dedicados às famílias e que não são ATL’s. \_\_\_\_\_

Por último, alertou que a falta de identificação no edifício dos Paços do Município, leva os turistas a pensarem que o edifício principal é o edifício da antiga CGD, por estar identificado. \_\_\_\_\_

Por último, referiu que no Arquivo Municipal está a decorrer uma extraordinária exposição com pintura

de edifícios de Valença de uma artista espanhola. \_\_\_\_\_

Os Membros Srs. Orlando Oliveira, Cláudia Labrujó e Paulo Pacheco presenciaram a sessão a partir deste momento. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por mencionar que as freguesias já executam a maioria das competências previstas no Dec – Lei nº 57/2019, através de acordo de execução celebrado com o Município, designadamente para limpeza, manutenção e pequenas intervenções na rede viária, e respetivas verbas. A transferência da totalidade das competências previstas no citado diploma pressuporia ao Município um encargo de cerca de cem mil euros/ano/freguesia, possível através de um reforço de verbas provenientes do Estado, que não estão associadas ao citado diploma. \_\_\_\_\_

No que se refere à ausência de equilíbrio entre a verba que a freguesia recebe e a área territorial que possuem para limpeza de vias, voltou a alertar para a sensibilização da população para a participação ativa na limpeza dos espaços de que são proprietários. Não aceita que se recusem alegando pagamento de impostos para o efeito. A aplicação do impostos está subjacente ao rendimentos do agregado, que como todos sabem existe uma boa percentagem com isenção e/ou pagar valores mínimos, e a verba transferida para as freguesias deve ser direcionada para a limpeza e manutenção das suas principais vias, porque o orçamento municipal não estica, a qual é atualizada em funções da atualização que o Estado faz para o Município, até ao máximo de 5%. \_\_\_\_\_

Relativamente à rede viária mencionou que as necessárias intervenções estão assinaladas e referenciadas, algumas delas já possuem orçamento, no entanto como não existem fundos comunitários para este domínio, é necessário contrair o empréstimo que hoje está a ser submetido a decisão deste órgão, principalmente para as intervenções de maior envergadura. Embora o Município possua uma boa execução orçamental é necessário manter a liquidez. Mais referiu que o Município apoia financeiramente as Freguesias para a execução das respetivas intervenções desde que sejam de cariz municipal. Relativamente à ponte em Passos Cerdal referiu que já tem projeto para alargamento, elevação e carga ilimitada. Possuem orçamentos com valores acima do desejável face aos investimentos que são necessários executar na restante estrada e no concelho em geral, no entanto como não existam muitas alternativas estão a negociar o molde e o pré-fabrico com uma empresa de Santarém que não possui trabalhos na zona norte, cuja deslocação de todo o equipamento para a execução da empreitada tem de ser feito em transporte especial, tornando o orçamento mais elevado. Para além dos trabalhos que terão que existir na ponte, a estrada também necessita de ser dotada de infraestruturas de saneamento e da conduta principal de água, bem como da construção dos muros junto à Escola. \_\_\_\_\_

Quanto à discordância na localização do evento dos Sabores da Aldeia, mencionou que já foi equacionada a hipótese da sua realização no antigo Campo da Feira, mas devido às cotas do terreno e à necessidade de possuir uma carpa nivelada, o evento ficaria orçado acima do desejável, assim como, a sua realização no atual campo da feira não teria o aconchego que um evento desta natureza necessita, pelas dimensões do espaço. \_\_\_\_\_

No que concerne à execução da EN 101, voltou a referir que pelo Município foram tomadas todas as diligências tendentes à sua execução, contudo o “feedback” que possui da IP, apesar de já existir peritagem e a questão dos aquedutos estar resolvida, é a inexistência de verba orçamental para a sua execução. Aguardam-se novos desenvolvimentos. \_\_\_\_\_

Relativamente ao Bar da Fronteira, congratulou-se com o sucesso da atividade do jovem empreendedor num espaço que anteriormente nunca consolidou, para além do positivo desenvolvimento, alcançou o primeiro prémio no concurso de “Melhor Sabor de Portugal” no prato de carne. Tem apostado muito nessa área, inclusivamente foi-lhe adjudicada a concessão do Bar da Antiga Fronteira, no qual acredita que também terá muito sucesso. \_\_\_\_\_

Relativamente à questão do empreendedorismo mencionou que o objeto da proposta apresentada pelo PS não tinha fundamento na medida em que a Fábrica do Empreendedor já existia e a incubadora já estava a ser trabalhada. Quanto à feira do emprego, realizou-se uma em Vila Nova de Cerveira, cuja execução não foi o esperado, talvez por modelos ultrapassados, sobretudo numa zona em que a empregabilidade é quase 100%. \_\_\_\_\_

Em relação aos eventos mencionou que o Município procura sempre novas iniciativas e ter o melhor desempenho possível. \_\_\_\_\_

No que concerne ao Caminho de Bárrio, na freguesia de Fontoura mencionou que estão a ser desenvolvidos trabalhos de medições para o levantamento da calçada à portuguesa e colocação de pavimento em alcatrão, possível após execução do encaminhamento das águas pluviais. Quanto à casa que o Município adquiriu em Fontoura, informou que já foi cedida à Junta de Freguesia através de contrato de comodato, para centro de dia e apoio aos peregrinos. Os serviços municipais estão a trabalhar num projeto para a Casa Mortuária. \_\_\_\_\_

Quanto à estrada de Rio Torto na Freguesia de Fontoura mencionou que só tem uma faixa de rodagem e para o Município avançar com o alargamento da via, para além da reposição de muro, é necessário que esteja celebrada a escritura de cedência dos prédios rústicos. O piso desta estrada tem-se agravado com as águas de regadios que se perdem na via e que é impossível controlar. Prevê avanços antes da chegada do inverno. \_\_\_\_\_

Seguidamente, referiu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, no que concerne à sinalética junto à passagens de nível, que o Município reencaminhou o assunto para a entidade competente, a REFER, da qual, até ao momento, não obteve resposta. Mais, em relação ao facto de o Sr. Presidente da Junta ter assumido compromissos com a sua freguesia, referiu-lhe que cada autarquia é responsável pelas obras que manda executar e aquilo que a Câmara Municipal assumiu para o mandato foi o escalonamento das intervenções em função das possibilidades financeiras e de existência de candidaturas. \_\_\_\_\_

No que concerne à obra do Largo dos Chamosinhos já o tinha informado que a previsão para a execução da mesma seria para o final do ano, pois não é uma obra prioritária, há outras prioridades na freguesia. Quanto ao pontão dos pescadores, referiu que é um projeto do município de há algum tempo e está numa candidatura da GAL costeira, possui pareceres favoráveis das entidades competentes, apenas está pendente da decisão dos Governos Português e Espanhol. Logo que exista decisão avançarão com a obra, para qual tem uma verba disponível de duzentos mil euros. Em relação ao lugar do Forte, o Sr. Presidente de Junta também foi informado que a verba atribuída para a mudança da tubagem do saneamento é paga contra fatura. Quanto à parcela para domínio público da freguesia foi doada ao Município pelos Baldios, pelo que a sua cedência está sujeita ao cumprimento de regras, como sendo a autorização da Câmara, através da celebração de um contrato de comodato, para o qual não vê qualquer inconveniente, após concordância dos baldios, por causa da reversão. \_\_\_\_\_

O Membro Sr. Rui Ferreira presenciou a sessão a partir deste momento. \_\_\_\_\_

### III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

#### PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Terminadas as interpelações políticas, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Óscar Silva, António Dias, Francisco Romeu, Rui Ferreira, Elisabete Viana, Paula Natal.

– O Membro **Sr. Francisco Romeu** perguntou para quando se encontra previsto dotar de infraestruturas de saneamento os restantes 60% da freguesia de Ganfei. Seguidamente alertou para as lâmpadas fundidas nos holofotes existentes nas Portas da Gaviarra.

– O Membro **Sr. Rui Ferreira** após as habituais saudações, disse que a sua freguesia não aceitou a transferência de competências prevista do Dec – Lei n. 57/2019 por serem responsabilidades de risco e porque tem preferência em trabalhar com a Câmara Municipal do que com o Estado Português. Seguidamente, ficou admirado que o Sr. Avelino Marinho tenha manifestado neste órgão preocupações em relação à freguesia de Fontoura, quando o poderia ter indagado diretamente, até porque os trabalhos estão a decorrer de acordo com o previsto e dentro da normalidade.

Concordou com a realização evento dos Sabores da Aldeia no atual campo da feira, pelas dimensões e o estacionamento serem mais cómodos.

Finalizou, referindo que o projeto Fontoura Viva, iniciativa do seu Executivo, tem vindo a progredir quer na ideia quer na forma, apesar das limitações. Com o apoio da Câmara tem sido possível desenvolver este projeto para servir e fornecer serviços a população e de exemplo à forma à governação das autarquias locais, do País e do Mundo.

- O Membro **Sr. Óscar Silva** apesar de concordar com a resposta do Sr. Presidente da Câmara em relação às feiras de emprego com modelos ultrapassados naquilo que pode ser o seu impacto na realidade atual e a, praticamente, 100% de empregabilidade no concelho, considera-as um “*interface*” ideal para adequação da oferta à procura das necessidades das empresas que pretendam vir a sediar-se. Valença continua com uma das taxas de desemprego mais altas do distrito e embora a temática do emprego dependa daquilo que é estratégia a nível nacional, o grande desafio e objetivo do poder local deverá ser estar ao serviço das populações, criar condições às empresas para a empregabilidade, fomentar emprego de qualidade e adequar a oferta formativa das instituições de ensino do concelho para aquilo que são as necessidades dessas empresas, promovendo a fixação da população neste concelho, difícil com as discrepâncias salariais existentes.

Seguidamente, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca de desenvolvimentos nos investimentos anunciados há muito tempo e adiados eternamente, o Aquaparque na Silva e a Unidade Hoteleira no Convento de Ganfei.

Por último, referiu que existe, há muitos anos, um poste de iluminação cortado no Largo junto ao antigo Cine Ibéria onde se faziam espetáculos, espaço de usufruto público e de passagem que seria interessante perspetivar com outro aspeto, designadamente através da sua iluminação.

- O Membro **Sr. António Dias** além de ter recordado ao Sr. Presidente da Câmara que algumas das suas

questões estão por responder também mencionou que a situação da manutenção da ecopista em São Pedro da Torre é vergonhosa, facto sucessivamente transmitido aos Vereadoras da Cultura e das Obras. O problema do compósito persiste em frente ao Antigo Posto da Guarda Fiscal e por baixo da ponte de Caminho de Ferro e irá persistir enquanto não forem tomadas medidas de substituição, razão pela qual solicitou o caderno de encargos e todo o material necessário para analisar, e que até à data ainda não recebeu. A sinalética da ecopista está partida há inúmeros meses, assim como as barracas dos pescadores estão num estado lastimável. Está cansado de pedir a sua resolução ao Vereador José Monte, que lhe disse que antes da festa da lampreia as coisas estariam resolvidas. Termos em que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que tomasse as rédeas das situações de forma a serem resolvidas e que caso não fossem tomariam as necessárias providências para a sua efetiva reparação. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Elisabete Viana** reforçou e solidarizou-se com a intervenção da Sra. Presidente de Junta da sua freguesia na última sessão deste órgão, no que concerne à urgente requalificação da Rua da Escola Primária, Arão. Insistiu nesta reivindicação, porque a obra no ponto de situação de empreitadas e projetos não passa da elaboração do projeto. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Paula Natal** a propósito da intervenção da sua antecessora, referiu que também por si, por diversas vezes, foi solicitada a execução da obra que abrange duas freguesias Arão e Cristelo Côvo. Espero que esteja executada antes das eleições. Seguidamente, referiu que tem sido indagada pela população de Cristelo – Côvo da previsão para a execução da obra de ligação da Rua do Castanhal ao Campo da Feira e área adjacente, considerando ser altura oportuna para a executar antes da chegada do inverno. Por último, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara informação acerca de obras executadas na Senhora da Cabeça apoiadas pela Câmara e a pedido da Fábrica da Igreja. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às questões que, por falta de tempo, não teve oportunidade. Quanto à documentação solicitada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre, informou que diligenciou sua providência aos respetivos serviços da autarquia, podendo, no entanto, se assim o entender, a qualquer momento consultar/extrair cópias desde que articule com o respetivo Chefe de Divisão. \_\_\_\_\_

O compósito junto ao edifício da Guarda fiscal foi destruído por mau uso do espaço, pelo arremesso de pedras. Na semana passada foi feita uma vistoria às anomalias existente na ecopista desde a Senhora da Cabeça até ao limite de São Pedro da Torre com o Concelho de Vila Nova de Cerveira, com vista ao lançamento concurso de requalificação, por ajuste direto. Empreitada que se espera ser financiada através de candidatura da GAL costeira. A reparação de prumos do passadiço de madeira da Senhora da Cabeça já foi adjudicada por 20.000,00€ (vinte mil euros), assim como também fizeram vistoria a toda a ecopista que vai desde Valença até ao limite com Monção para reparação de todo o madeiramento que já se encontra em estado de degradação e, ainda, remoção daquele que se encontra no eixo da via a impedir a passagem dos atrelados de bicicleta. \_\_\_\_\_

Relativamente às diversas empreitadas de saneamento em fase de preparação/elaboração de projeto por acordo com a empresa de águas do Alto Minho, a qual já possui parecer favorável da ERSAR e visto do Tribunal de Contas para a sua constituição, que ocorrerá no próximo mês. Assumirá a responsabilidade da faturação referente a partir do mês de outubro e todos os serviços de operações no terreno e está em negociações com os recursos humanos que pretendam enquadrar-se no regime de mobilidade para a



empresa, com incentivos salariais, seguro de saúde para todo o agregado familiar, aumento do horário de 35 para 40 horas/semanais acompanhado do respetivo incremento salarial. No entanto, caso os funcionários decidam não aceitar a proposta da empresa, serão reafetados a outras áreas do Município onde sejam necessários e de acordo com a respetiva categoria, designadamente obras, verdes, etc. \_\_\_\_\_

Relativamente à iluminação nas Portas da Gaviarra referiu que apesar de já terem sido colocados holofotes e candeeiros novos, continuam a ser alvo de vandalismo, já se encontra referenciado pelo Eletricista para reestabelecer a normalidade do abastecimento de energia elétrica. \_\_\_\_\_

Seguidamente voltou a frisar que a feira de emprego realizada em Vila Nova de Cerveira há cerca de 3 anos lhe parece um modelo ultrapassado. Achou muito interessante o modelo apresentado na feira realizada nos Arcos de Valdevez há cerca de um mês, mais avançado em termos tecnológicos, não obstante pressupor um encargo ao Município de cerca de 50.000,00 (cinquenta mil euros), o que não invalida a realização de um evento dessa natureza em Valença. \_\_\_\_\_

Quanto ao Aquaparque informou que vai haver uma reunião na próxima segunda-feira com o advogado, houve avanço na parte urbanística. Depois de aprovado na alteração do PDM estará em condições de os investidores avançarem com o projeto. Quanto ao Convento de Ganfei para além de terem registado as propriedades, têm tidos vários interessados, no entanto ainda não chegaram a acordo nos valores. Trata-se de um investimento de grande montante e para o qual ainda é necessário investir dado o seu estado de ruína. Monumento classificado para o qual a Direção Geral do Património Cultural está atenta a qualquer alteração que não esteja devidamente aprovada. A Câmara Municipal alertou-os para a necessidade da limpeza da vegetação, que a não ser feita acionarão outros meios legais. A propósito de investimentos, na semana passada o Convento de Sanfins foi objeto de visita de uns investidores franceses, no entanto o acionista maioritário foi abordado e não mostrou qualquer preocupação pelo espaço, posição sobre a qual a Câmara Municipal não tem qualquer poder. \_\_\_\_\_

Em relação a Fontoura, louvou o Sr. Presidente da Junta de Fontoura pela execução do projeto de “Fontoura Viva”, pelo esforço que faz para manter uma atividade agrícola numa freguesia que é eminentemente agrícola, bem como pelo trabalho que tem desenvolvido na limpeza florestal, com a ajuda dos sapadores. Relativamente à limpeza e abertura de caminhos mencionou que o Município no ano passado fez abertura de caminhos e este ano prevê uma intervenção em caminhos em especial na freguesia de Cerdal, com possibilidade de alargar a Fontoura. Quanto à limpeza dos baldios não é responsabilidade da Câmara Municipal. Já se encontra adjudicada, para este ano, a prestação de serviços de uma máquina por cerca 70.000,00€ para limpeza das áreas que o Ministério da Agricultura e Florestas e Proteção Civil considerou serem prioritárias, Friestas, Gondomil, Boivão. Projeta-se a reflorestação do Monte do Faro, com carvalheira e pinho que abrange Ganfei, Verdoejo e Sanfins, de forma a evitar o caos, nos próximos anos, nas linhas de água, com a infestação de eucaliptos.

---

Finalizados os esclarecimentos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Rui Ferreira e António Dias, tendo os restantes prescindido. \_\_\_\_\_

- O Membro Sr. **Rui Ferreira** esclareceu que o projeto Fontoura Viva não é um projeto agrícola nem florestal, tem por objeto a luta contra a desertificação e o problema demográfico. Fez um levantamento das faixas etárias em cerca de 800 habitantes e calcula que daqui a 30 anos Fontoura estará entre 250 a 350, portanto cada vez mais ter-se-á que lutar contra a imigração. Na questão da floresta, mencionou que 180 ha em 18, 20 anos rende 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros) e dois terços do país é floresta,

portanto o futuro da governação neste país tem de se focar no problema demográfico, de forma a evitar que o nível de vida em Portugal em 30, 40 anos, seja um caos. Criaram várias medidas a nível social, económico, de forma a maximizar os recursos florestais e agrícolas e a motivar a fixação da população na freguesia, designadamente, através do programa “Horta Viva”, proporcionando formação, meios e acompanhamento, através das diversas associações, grupos e clube que possui, entre elas o clube de futebol de formação, grupo de bombos, grupo de jovens, ginástica, associação de cariz social com ATL’s, cuja carga horária está especificamente ajustada aos horários dos progenitores das crianças que o frequentam. O posto de CTT é mantido pela freguesia. \_\_\_\_\_

- O Membro Sr. **António Dias** referiu que embora a situação do compósito na ecopista possa dever-se ao arremessos de pedras, mas o arco côncavo que possui denota a fragilidade do material colocado e da execução. Todas as ripas que lá estão, estão rachadas e em risco iminente de partirem e de constituírem um perigo aos seus utilizadores, alguns acidentes já lá têm existido, com ciclistas. Está a alertar de forma a se corrigir uma situação que poderá vir a ser um problema e no que toca a responsabilidade não a vai assumir. \_\_\_\_\_

Dada a palavra aos Sr. **Presidente da Câmara** mencionou já ter informado as Juntas de Freguesias para a requalificação da rede viária estar subjacente à execução das empreitadas de saneamento necessárias na respetiva zona, como é o caso da rua de Ervelho, em que o proprietário do prédio em construção junto à EN 13, em frente à Repsol, cedeu para domínio publico uma faixa de terreno de 1,20m que servirá para dotar a citada rua de saneamento que ganhará ponto e desembocará junto à “Quinta do Amorinho”. Relativamente às ruas da Escola Primária de Arão e do Castanhal, serão objeto da mesma empreitada com o apoio da Câmara Municipal, estando a Junta de Freguesia a solicitar novos orçamentos. \_\_\_\_\_

No que concerne a Fontoura, voltou a reforçar o apoio que o Município tem dado à iniciativa de “Fontoura Viva” e todo o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia para a criação e reconhecimento da Associação Sócio-Cultural dos Arcanjos como IPSS. Associação que está representada por um conjunto de jovens, com um leque de atividade dirigidas essencialmente às crianças, sobretudo aos ATL’S e a um pequeno Centro de Convívio para a Terceira Idade. Foi com agrado que verificou a resposta positiva ao alargamento de horário de funcionamento do ATL para apoiar os progenitores que laboram, por turnos, nas fábricas. Para além desta IPSS também outras, designadamente a Santa Casa e a Cruz Vermelha estão a dar resposta positiva às solicitações dos pais para a necessidade de reajustamento dos horários de funcionamento do espaço com os laborais. Deixou o alerta para a situação daqueles pais que acham que estas instituições são um depósito para os filhos, cuja responsabilidade é dos seus progenitores, deverá existir maior rigor nos horários, à semelhança do que sucede na creche de Campos, em Vila Nova de Cerveira. \_\_\_\_\_

Quanto à questão da imigração, felizmente a restauração tem recrutado pessoas com algumas qualificações, contudo já alertou numa reunião que houve há dias, em Viana, com o Ex.º Sr. Ministro Eduardo Cabrita para a necessidade de estabelecer uma estratégia ou programa de recrutamento de trabalhadores qualificados, à semelhança do que já sucede no Canadá. \_\_\_\_\_

Quanto ao compósito da ecopista estão a analisar, e darão resposta atempada para não correrem riscos de qualquer tipo de incidente. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de maio de 2019, assim como, da listagem dos processos

judiciais pendentes em 17/06/2019 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos; dos compromissos plurianuais assumidos entre 13/04 a 18/06/2019 e o reequilíbrio financeiro da Interminho EM nos termos do n.º 2 do art.º 40 da lei nº 50/2012 de 31 de agosto. \_\_\_\_\_

Perante a sugestão do **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, foi feito um **intervalo** quando eram 11h45 e retomados os trabalhos às 12h04, informou que de acordo com o deliberado na reunião da Comissão Permanente os pontos 2º – **RELATÓRIO DE CONTAS E GESTÃO CONSOLIDADO 2018**; 3º- **SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO**, 4º- **NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2019** e 5º – **CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ADE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ 1.000.000,00€** seriam **objeto de discussão conjunto e votação individualizada**. Termos em que procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. Francisco Romeu, Óscar Silva, António Dias, Avelino Marinho e Alberto Vilas. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Francisco Romeu** referiu que o seu grupo municipal votaria favoravelmente no que à contratação de empréstimo a médio e longo prazo, partindo do princípio que o mesmo será afeto à requalificação da rede viária pelo Concelho. Finalizou com o convite à participação no convívio lusogalaico dos Povos da Raia no parque de Lazer em Friestas, nos próximos dias 06 e 07 de julho próximo que engloba as freguesias de Ganfei, Verdoejo, Friestas juntamente com Guillarei, Baldrans, Paramos, Caldelas. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Óscar Silva** quanto ao relatório de gestão e contas consolidadas de 2018 o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar favoravelmente, tendo em conta que é um documento técnico, validado pelo Revisor Oficial de Contas, ressalvando que a revisão se foca apenas numa amostra das contas respeitante ao ano em análise, o que não significa que passem “cheques em branco” à gestão municipal, continuarão atentos e solicitarão sempre que pertinente documentação numa posição de fiscalização responsável como se espera de quem está na oposição. Relativamente à segunda revisão ao orçamento e grandes opções do plano, tendo em conta a necessidade de novas classificações orçamentais, devido a ajustamentos não previstos aquando da aprovação do orçamento para 2019 do valor correspondente à linha de crédito para manutenção de redes secundárias de faixas de gestão de combustível, expectável receber em 2018 foi posposto para 2019 e tendo também em conta a necessidade da transferência financeira de cerca de 24.000,00€ para o cumprimento do n.º 2 do artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, para equilíbrio das contas da InterMinho, mencionou que o Grupo Municipal do Partido Socialista também iria votar a favor deste ponto. No que concerne à nomeação de auditor externo para exercício de 2019, também iriam votar a favor a nomeação da sociedade Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, atestando inequivocamente a competência, a idoneidade e o profissionalismo com que esta sociedade tem auditado as contas do município em sucessivos mandatos, no entanto com o reparo de que o município de Valença nas futuras nomeações dos auditores externos proceda a uma abertura de concurso público em vez de ajuste direto para a celebração da prestação deste serviço. No que se refere à contratação do empréstimo de médio e longo prazo, tendo em conta a necessidade de cumprir os prazos de execução dos projetos financiados pelo Portugal 2020, nomeadamente a ligação à Zona Industrial de Gandra, requalificação do Largo Acácio Fernandes e a reformulação da sede do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, projetos esses que são obviamente essenciais para o acesso à zona industrial, para a mobilidade na área urbana e para a melhoria da principal infraestrutura ao serviço da educação no concelho, o Grupo Municipal do PS iria votar também favoravelmente a contratação deste empréstimo. \_\_\_\_\_

-- O Membro **Sr. António Dias** no que concerne ao relatório de gestão e contas, apesar de ser um documento técnico e necessário, não tem conhecimento do método aplicado para votar em consciência, como tal, votaria contra. No que diz respeito ao ponto 3, votaria contra por se tratar de uma segunda revisão orçamental com uma rubrica afeta à InterMinho e pela falta do balancete analítico do ano de 2019 que solicitou ainda não lhe chegou para analisar. Caso o tivesse recebido poderia ter influenciado o sentido da seu voto. O prazo dos 10 dias foi ultrapassado há muito. Quanto à nomeação do auditor externo, por ser necessário dar cumprimento, apesar de considerar extenso o relacionamento que existe com esta entidade que não é de descartar a continuidade, mas como já foi aqui dito deve pelo menos auscultar-se o mercado para considerar outras opções também, não se deve fechar essa possibilidade, votaria favoravelmente, com igual posição para a contratação do empréstimo. \_\_\_\_\_

-- O Membro **Sr. Avelino Marinho** no que concerne ao relatório de gestão de contas e ao empréstimo mencionou que iria votar de ambos. \_\_\_\_\_

Finalizou referindo que intervém nesta Assembleia quando achar que deve ser oportuno e não por imposição de ninguém. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Alberto Vilas**, após as habituais saudações, mencionou a segunda revisão orçamental cumpre aquilo que a lei determina e, portanto, nada tem a opor. Os valores que estão em causa em termos de revisão orçamental, na receita 43.000,00€ e na despesa 23.000,00€, têm a ver com a candidatura que foi feita para o combate e gestão do combustível para prevenir os incêndios e com a transferência de verbas para a InterMinho para que as contas do ano sejam solventes prevista no respetivo diploma legal. Portanto nada tem a opor. Relativamente à nomeação do auditor externo, mencionou que é preferível ter as contas auditadas do que não as ter, mesmo não sendo obrigatório por lei. Portanto, entende que o Município deverá continuar a fazer auditoria às suas contas, independentemente de quem seja o auditor. De referir que este auditor já trabalha com este Município desde mandatos anteriores, mesmo antes desta liderança e que está a trabalhar bem e a cumprir com aquilo que é determinado. Ter contas auditadas, são contas mais seguras para votarem em consciência, com mais responsabilidade, munidos de um instrumento técnico, assumido agora pelo grupo do Partido Socialista, nesta Assembleia, e anteriormente junto da Câmara, como um documento técnico. Mudar de opinião não é um sinal de fraqueza, é mais um sinal de sabedoria. Quanto à Contratação do empréstimo, trata-se apenas da autorização para que o Município vá ao mercado consultar valores. Empréstimo prende-se com a necessidade de execução de 3 projetos fundamentais e como existe capacidade de endividamento nada a opor também. Relativamente às contas consolidadas, trata-se apenas de um documento decorrente do cumprimento das disposições legais. O resultado líquido melhorou em relação a 2017, portanto o resultado de 2018 foi superior ao resultado líquido de 2017, em 314.000 euros, depois dos impostos. \_\_\_\_\_

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que os documentos de relatórios de gestão e contas são documentos técnicos, que resultam de opções políticas. O relatório consolidado versa as contas fechadas da Câmara e da InterMinho, entregues no Tribunal de Contas, não se trata de nenhuma amostragem, nem documento preliminar. Em relação ao Revisor Oficial de Contas, mencionou que não fazem jeitos às instituições, fazem uma visita mensal e têm acesso *online* a tudo o que está registado em termos contabilísticos, tal como o tem a IGF, a DGAL e a CCDDR-N. O Município tem a obrigatoriedade de lhes reportar os dados contabilísticos. Quanto ao auditor externo da InterMinho já não é o mesmo do passado, neste exercício de 2018 passou a ser o mesmo que o anterior, passou para essa sociedade. Como a InterMinho no final de 2018 apresentou saldo negativo e de acordo com o

previsto no n.º 2 do art.º 40º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações locais é obrigatória a realização uma transferência financeira, a cargo dos sócios, neste caso da Câmara Municipal, na proporção da respetiva participação social com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. Em relação ao empréstimo apesar de o saldo de tesouraria apresentar um saldo de um milhão de euros e de ainda possuir verba de um empréstimo que é acionado à medida que as obras para o qual foi solicitado, vão sendo concluídas, nomeadamente 4ª fase da Fortaleza, Ecopistas, a realidade é que a empreitada de requalificação da EB 2,3 de Valença exige um grande esforço financeiro do Município para cerca de 18 meses, assim como o acesso à Zona industrial de Gandra – Fase 1 e a Requalificação do Largo Acácio Fernandes aos Esquecidos e da Av.ª Dr. Tito Fontes, pelo que se torna necessário contrair o presente empréstimo. A prioridade é financiar com essas verbas as áreas que não têm apoio comunitário. Em relação à revisão, prende-se com a transferência necessária para colmatar o saldo negativo da Interminho. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Alberto Vilas, tendo os restantes prescindido. \_\_\_\_\_

- O Membro Sr. **Óscar Silva** a propósito das considerações vertidas pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no seu entender dispensáveis, em relação à posição na votação do PS no ponto n.º 2 do relatório de gestão e contas consolidadas e que atingiram o Partido Socialista, recordou-lhe que antes da sua eleição como Presidente da Assembleia foi eleito de facto numa lista, Deputado Municipal e, portanto, tem direito claramente a expressar a sua opinião neste órgão, mas enquanto Presidente da Assembleia Municipal tem de representar o órgão pelo que lhe deverá ter algum recato e maior isenção nas opiniões. Aliás o próprio Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Mendes, acabou de assumir que o relatório de gestão de contas é um documento técnico que reflete também opções políticas, e o PS quando em abril chumbou as contas deste município, referiu na argumentação que havia um rumo distinto ao seu para a condução e para a gestão municipal deste concelho, enumerando e elencando algumas dessas questões e no qual votaram em consonância, contra. O Partido Socialista considerou hoje que deveria votar este relatório de gestão e contas consolidado a favor tal como a revisão orçamental, porque acima dos interesses partidários, tem um compromisso com os valencianos e, portanto, votam em consonância com o interesse do desenvolvimento do Concelho e do bem-estar das suas pessoas. Por parte do Partido Socialista não existem, nem existirão chumbos ideológicos, como já virão suceder a muitas das suas propostas apresentadas neste órgão numa postura de oposição construtiva, embora depois o Executivo aproveite as suas propostas e acabe com uns floreados, mudanças de nome, utilizando-as e colocando-as em prática. Por último, mencionou que iriam votar favoravelmente a revisão orçamental porque perceberem nos argumentos e documentação apresentados que o Município não tinha outra alternativa senão proceder a esta revisão orçamental. \_\_\_\_\_

- Do Membro Sr. **Alberto Vilas** mencionou que sendo este um espaço de democracia, de liberdade de expressão e que independentemente de existir concordância ou não com as opiniões ou convicções expressadas, têm de ser respeitadas, pelo que espera que não se volte a repetir a tentativa de coagir a intervenção das pessoas, esclarecendo que aplaudiu positivamente a intenção de voto favorável do Partido Socialista ao Relatório de Contas Consolidado por o ter considerado, desta vez, um documento técnico e não uma opção política. Procura e tem desempenhado o cargo, para o qual foi eleito, Presidente da Assembleia Municipal de Valença respeitando, sempre, o sentido de voto independentemente das

opções políticas e cumprido o dever de isenção a que está obrigado pela lei, pelo que exigiu que aceitasse a sua intervenção como verdadeira, pura, sincera, tal como também acredita que as do seu antecessor o são. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os respetivos esclarecimentos. \_\_\_\_\_

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que o empréstimo fica vinculado às obras elencadas na respetiva informação, tendo procedido a uma breve descrição do estado das mesmas. Ligação à zona industrial de Gandra, fase 1 está em fase de relatório preliminar, concurso ganho pela Habimonção; Largo Acácio Fernandes em fase de concurso submetido, hoje, a publicação em Diário da República; PAMUS-Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, concurso público finalizado em fase de adjudicação à empresa Narom. Mais, espera que apareçam candidatos com capacidade de executar uma obra tão melindre como é a requalificação do Largo Acácio Fernandes aos Esquecidos e da Av<sup>a</sup>. Dr. Tito Fontes pelo preço de 477.000,00€, implica dois tipos de rotundas uma elíptica, junto ao “Cândido dos pneus” e uma cónica na zona dos Esquecidos, 4 passadeiras elevadas para controle de velocidade e reconfiguração da circulação rodoviária na Av<sup>a</sup>. Dr. Miguel Rebordão apenas para 1 sentido de trânsito, ascendente. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções e apreciação dos pontos 2º, 3º, 4º e 5º passou-se à **votação** dos mesmos de forma individualizada. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 2º –RELATÓRIO DE CONTAS E GESTÃO CONSOLIDADO 2018**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 13 de junho corrente, foi presente o Relatório de Gestão e Contas Consolidado 2018, acompanhado da respetiva certificação legal de contas, para apreciação, em cumprimento da obrigatoriedade prevista no artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, dos municípios que detenham serviços municipalizados e ou participem no capital social de entidades do setor empresarial local. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal apreciou e aprovou, por **maioria**, o relatório consolidado 2018, num universo de **23** Membros, obteve **1(um)** voto **contra** do membro Sr. António Dias e **1(uma)** abstenção do membro Sra. Cláudia Labrujó. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 3º –2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 13 de junho corrente, foi presente a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, objeto de informação prestada pelo Chefe de Divisão Económica e Financeira nº DEF031 datada de 06 desse mesmo mês. Colocada a votação, a Assembleia Municipal atenta à proposta apresentada pela Câmara Municipal e face à citada informação, deliberou, por maioria, num universo de **24** Membros, **22 (vinte e dois)** votos a **favor** e **1 (um)** voto **contra** do Membro António Dias e **1 (uma)** abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó, aprovar a Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 4º – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2019**

De acordo com o previsto no nº 1 do artº 77º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro e com a observação de todas as disposições legais definidas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a Câmara Municipal apresentou proposta, objeto de deliberação tomada em sua reunião ocorrida a 13 de junho corrente, de nomeação do Auditor Externo para o exercício de 2019, a sociedade Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, SROC, Lda. \_\_\_\_\_

Após discussão e apreciação do ponto, a Assembleia Municipal, num universo de **22 (vinte e dois) Membros**, **20 (vinte)** votos a **favor** e **2 (duas)** abstenções dos Membros Srs. Cláudia Labrujó e Lara Denise, deliberou, **por maioria**, nomear como auditor externo a sociedade “Lopes Vinga, Artur Moreira & Associados, SROC, Lda”, para o exercício de 2019. \_\_\_\_\_

**PONTO 5º – CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ 1.000.000,00€**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 13 de junho corrente, foi presente o pedido de autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até 1.000.000,00€, objeto de informação prestada pelo Chefe de Divisão Económica e Financeira nº DEF033, datada de 07 desse mesmo mês. A Assembleia Municipal, atenta à necessidade de cumprir os prazos de execução dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020, num universo de **24 (vinte e quatro) Membros**, **23 (vinte e três)** votos a **favor** e **1 (uma)** abstenção do Membro Sra Cláudia Labrujó, autorizou **por maioria**, a contratação de **empréstimo de médio e longo prazo até 1000.000,00€** (um milhão de euros) para a execução dos projetos identificados no quadro infra: \_\_\_\_\_

Designação	Valor do Projeto	Valor Empréstimo
1) Ligação à Zona Industrial Gandra – Valença – fase I	349 800,00 €	300 000,00 €
2) Requalificação do Largo Acácio Fernandes aos Esquecidos e da Av. Dr. Tito Fontes	477 000,00 €	300 000,00 €
3) Reformulação da E.B. 2,3/S de Valença	3 243 471,97 €	400 000,00 €
<b>TOTAL (1+2+3+4)</b>	<b>4 070 271,97 €</b>	<b>1 000 000,00 €</b>

Terminada a votação dos pontos 2º, 3º, 4º e 5º, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que de igual forma foi decidido para os pontos 6º- **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO – PROTEÇÃO CIVIL – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO** e 7º- **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS ÓRGÃOS DA CIM – ALTO MINHO**, discussão conjunta e votação individualizada, tendo de seguida sugerido que, antes das intervenções, fosse feita uma breve introdução do assunto pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Aceite a sugestão pelos presentes, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para uma breve explanação. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que se tornou necessário submeter novamente a decisão deste órgão a denominação da Associação de Proteção Civil pela exigência de introdução de uma SIGLA, antes da denominação, tendo optado por AMAMINHO, e correspondente alteração nos estatutos e regulamentos. Possuem duas equipas de sapadores e será necessário um manobrador de máquinas para abertura de caminhos, cuja contratação será conjunta. \_\_\_\_\_

Em relação às competências para a CIM Alto Minho, na área da educação o governo decidiu transferir para as CIM's, se os Municípios assim o entendessem, a coordenação da oferta educativa, alguns projetos na área do combate ao abandono e ao insucesso, e a coordenação da rede de transportes públicos. No futuro a gestão municipal dos transportes escolares será objeto de concurso conjunto na CIM, e possuir mais competência na coordenação de transportes da rede de transporte público no distrito. Juntam-se duas valências, novas competências implicam para a CIM recrutamento de novos técnicos. A CIM não é um governo regional, mas será um órgão com mais poder supramunicipal. Em relação à saúde, trata-se da emissão de parecer em relação à rede de cuidados primários e de saúde mental, área que necessitará de aceder a verbas da União Europeia que no âmbito da CIM existirá maior possibilidade. Em suma, é dar maior coordenação a esta entidade supramunicipal para melhor gestão dos recursos financeiros e humanos que são escassos. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à **abertura de inscrições**, tendo-se inscrito os Membros Srs Óscar Silva e Aurélia Correia. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Óscar Silva** referiu que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar favoravelmente quer a alteração de denominação para AMAMinho Proteção Civil - Associação de Municípios do Alto Minho - Proteção Civil Municipal, quer a transferência de competências nos domínios da Saúde e da Educação para a CIM do Alto Minho. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Aurélia Correia** referiu que o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente os dois pontos em apreço. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções e apreciação dos pontos 6º e 7º passou-se à **votação** dos mesmos de forma individualizada. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 6º- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO – PROTEÇÃO CIVIL – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO**

Na sequência das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro de 2018 e vinte e cinco de janeiro último e do indeferimento do certificado de admissibilidade com a designação “Associação de Municípios do Alto Minho – Proteção Civil Municipal”, com os fundamentos previstos no disposto no n.º 3 art.º 33º, do Dec – Lei n.º 129/98, de 13/05, foi novamente objeto de deliberação da Câmara Municipal em sua reunião de 13 de junho corrente para aprovação, por parte da Assembleia Municipal, da alteração da denominação da citada associação para “AMAMINHO – Proteção Civil - Associação de Municípios do Alto Minho – Proteção Civil Municipal” com a consequente alteração do mesmo nos regulamentos/estatutos já aprovados pelo órgão deliberativo nas datas supracitadas. Termos em que, a Assembleia Municipal com base nos fundamentos acima apresentados **aprovou, por unanimidade**, alteração da denominação da citada associação para “AMAMINHO – Proteção Civil - Associação de Municípios do Alto Minho – Proteção Civil Municipal” com a consequente alteração do mesmo nos regulamentos/estatutos. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 7º- TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS ÓRGÃOS DA CIM – ALTO MINHO**

Presente a proposta de transferência de competências nos domínios da educação e saúde para os órgãos



da CIM – Alto Minho, objeto de deliberação da Câmara Municipal tomada, em sua reunião de vinte e um de junho corrente. A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, num universo de **26** Membros, com **25 (vinte e cinco)** votos a **favor** e **1(um) voto contra** do Membro Sr<sup>a</sup>. Cláudia Labrujó, aceitar, em 2019, a transferência das competências no domínio da educação e da saúde, para a CIM – Alto Minho, previstas nos Dec – Lei n.ºs 21 e 23/2019 de 30/01, respetivamente. \_\_\_\_\_

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 26 (vinte e seis) **Membros** aprovada **por unanimidade**. \_\_\_\_\_

Finalizados os trabalhos da sessão, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que a sessão estava encerrada quando eram 12h55m. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por dezassete páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu.

<b>Apoio à Assembleia Municipal</b> <b>O Assistente Técnico,</b>	<b>Assembleia Municipal de Valença</b> <b>O Presidente,</b>
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas